

INFORCAMPO

Informativo da Educação do Campo



5ª EDIÇÃO

Sessões

1 - Compartilhando trabalhos bem sucedidos 2 - Entrevista
3 - Artigos de Opinião 4 - Histórias de Vida 5 - Causos do campo
6 - Cordel 7 - Poesias

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí, Campus de Teresina, visa garantir ao aluno o domínio de conteúdos, métodos e abordagens relativos à docência, com ênfase ao trabalho voltado para o ensino em escolas do campo, através de uma educação sintonizada com o seu tempo, concretizando-se com a ampliação das possibilidades educacionais ajustadas aos valores essenciais da convivência humana (UFPI, 2013). Tal propósito exige dos professores do curso o desenvolvimento de situações de ensino contextualizadas e significativas, através das quais os licenciandos, além dos conhecimentos da área de atuação e saberes pedagógicos, reconheçam e respeitem as especificidades do campo e adquiram/ampliem o compromisso ético e político com a construção de uma educação comprometida com as necessidades humanas dos estudantes.

Através da produção do Inforcampo: Informativo da Educação do Campo, os licenciandos têm a oportunidade de identificar e problematizar o impacto das políticas públicas e metodologias aplicadas no cotidiano das escolas do campo, analisar a interferência das mesmas nas identidades dos atores escolares e socializar informações a respeito das ações desenvolvidas no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Nesse aspecto, possibilita a participação dos estudantes em situações significativas de produção e utilização do conhecimento, que são colocados a serviço de conquistas para as populações camponesas.

Não há dúvidas de que o processo de formação do profissional deve estar centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão, possibilitando que estudantes e professores partilhem o complexo exercício da prática reflexiva, assolada por múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação de novas gerações de professores-pesquisadores. Com esse propósito, o Inforcampo oportuniza aos acadêmicos vivências que articulam leitura, discussão, pesquisa e produção escrita, favorecendo a expansão do conhecimento para além dos muros da Universidade, alcançando também as comunidades camponesas nas quais os acadêmicos estão inseridos, favorecendo condições de luta por melhores condições de vida para o campo.

Estruturada através de sete seções, a saber: (1) Compartilhando trabalhos bem sucedidos; (2) Entrevista; (3) Artigos de Opinião; (4) Histórias de Vida; (5) Causos do campo; (6) Cordel; (7) Poesias, a 5ª edição do Inforcampo nos possibilita reafirmar que se trata de um importante meio de comunicação, divulgação e construção do conhecimento. Também é um excelente instrumento para o aprofundamento de conteúdos dos componentes curriculares, possibilitando que os conhecimentos sejam trabalhados através de situações reais, motivando a autonomia e a criatividade dos estudantes no que diz respeito à leitura, à pesquisa e à produção textual.

*Raimunda Alves Melo
Keylla Rejane Almeida Melo
Jean Carlos Antunes Catapreta*



PROJETO: “UM NOVO OLHAR PARA NOSSAS RAÍZES”**Por: Raimundo Nonato de Sousa Silva***Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI*

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo ancora um modelo de ensino problematizador, propondo ação formativa estratégica que busque assegurar a especificidade do campo, e o atendimento à sua diversidade sociocultural, com o objetivo de proporcionar a elevação da consciência dos sujeitos envolvidos sobre sua importância no espaço onde vivem.

Assim, este é considerado um curso diferenciado, pois os seus acadêmicos se veem como sujeitos ativos dentro de uma sociedade marcada pela ignorância e descaso da classe economicamente rica sobre a classe pobre, fato que deve servir de estímulo para que esses últimos sujeitos, trabalhadores, desenvolvam ações capazes de promover a transformação da realidade.

Com este propósito, os alunos Raimundo Nonato de Sousa e Ismael do Livramento, ambos moradores da zona rural de Batalha/PI, juntamente com professores do referido curso, estão desenvolvendo o Projeto: “Um novo olhar para nossas raízes”, cujo objetivo é mostrar a jovens rurais uma visão positiva e panorâmica sobre a vida no campo, desconstruindo a dicotomia errônea que há entre o urbano e o rural. O projeto conta com o apoio da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Universidade Federal do Piauí, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Batalha e a Secretaria de Assistência Social local. Neste contexto, é importante enfatizar que 90% do trabalho está sendo custeado pela Escola de Formação da CONTAG, cujo valor em números reais soma-se o apoio de R\$ 9.556,00.

A motivação para a realização do projeto surgiu quando os alunos realizavam estágio de regência obrigatório, ocasião em que se depararam com cenário bastante desafiador na escola de campo contexto do estágio: a maioria dos adolescentes e jovens demonstrou falta de conhecimentos a respeito da realidade local e negação de suas origens. Assim, visando impactar positivamente sobre essa realidade, o trabalho proporcionou momentos formativos de outubro de 2018 a junho de 2019 para 25 jovens das localidades Cedro, Tabatinga, Chapada dos Bois, Baixa da Roça e Baixa da Mariana, sensibilizando-os para atuarem como lideranças comunitárias, reivindicando e tecendo proposituras de políticas públicas no local onde vivem. Modelo de ensino esse que a escola tradicional não contempla.

Entre as ações desencadeadas pelo projeto, destaca-se um leque de momentos formativos realizados nos fins de semana nas localidades com os jovens, para discussão de temas voltados para a emancipação juvenil, suas potencialidades no espaço campesino, elencando a importância destes assumirem postura responsável em sua defesa, mostrando este espaço como local de qualidade de vida, mas, principalmente, como lócus de ações capazes de proporcionar dias melhores para os povos que nele atuam.

Além dos momentos de formação nas comunidades, também realizou-se intercâmbios, dias de campo, oficinas e pesquisa pública. Todos os momentos agregaram novos conhecimentos a esses jovens.

Entre as ações desencadeadas pelo projeto, destaca-se um leque de momentos formativos realizados nos fins de semana nas localidades com os jovens, para discussão de temas voltados para a emancipação juvenil, suas potencialidades no espaço campesino, elencando a importância destes assumirem postura responsável em sua defesa, mostrando este espaço como local de qualidade de vida, mas, principalmente, como lócus de ações capazes de proporcionar dias melhores para os povos que nele atuam.

Além dos momentos de formação nas comunidades, também realizou-se intercâmbios, dias de campo, oficinas e pesquisa pública. Todos os momentos agregaram novos conhecimentos a esses jovens.

Para os executores do projeto, os resultados são suficientes para fazer emergir a esperança por dias melhores no campo, haja vista, os conhecimentos associados por esses jovens possibilitar-lhes condição de um “ser livre”, com autonomia para tomada de decisões e, principalmente, tendo nova visão de suas origens, o que a escola tradicional não está preocupada em ensinar.



Imagem 01 : abertura do projeto



Imagem 02: atividades de formação



Imagem 03: Intercâmbio Ecoescola Pedro II



Imagem 04: Culminância do projeto

A ATUAÇÃO DO PIBID/LEDOC NA UNIDADE EDUCACIONAL SANTO ANTONIO DO CAMPO VERDE, SIGEFREDO PACHECO (PI)

Dina Késia Pereira de Sousa

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID consiste em uma ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, que visa à valorização da docência na formação inicial, a fim de preparar o estudante para atuar na educação básica. A implantação desse Programa na UFPI foi possível após a publicação da Portaria 20/08, de 11 de novembro de 2008, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, executado através de convênios firmados com a Secretaria de Educação do Estado do Piauí- SEDUC.

O objetivo desse Programa é melhorar a formação inicial de professores e a qualidade da educação básica nas escolas contempladas, com ênfase em práticas educativas que incentivem o trabalho coletivo, o cooperativismo, o desenvolvimento da autonomia, a socialização de experiências e a produção de saberes, tendo os acadêmicos como protagonistas e os professores como criadores e mediadores de situações significativas que favoreçam o processo de aprendizagem.

Para o alcance desses objetivos, é implementado um conjunto de ações distintas e complementares, estruturado em três eixos: 1) Eixo das Ações Complementares, em que são desenvolvidas oficinas, projetos, pesquisa, exibição de filmes, feiras, entre outros, sobre temas variados, que contribuem para ampliar o conhecimento de mundo dos alunos e ancorar conteúdos ministrados em sala de aula; 2) Eixo das Ações Prático-Pedagógicas, contemplando atividades de organização e planejamento, pelos alunos-bolsistas, no início de cada período letivo, de produção de materiais pedagógicos necessários à execução de atividades práticas; e 3) Eixo das Ações de Monitoria, caracterizadas pelo atendimento individual e de pequenos grupos de alunos das escolas conveniadas, pelos alunos-bolsistas, para dirimir dúvidas e apoiá-los na aprendizagem durante todo o ano letivo (BRASIL, 2018).



Com o propósito de melhorar a qualidade das ações formativas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, no ano de 2018, a Coordenação Institucional do Programa de Iniciação à Docência em âmbito da Universidade Federal do Piauí (UFPI) realizou processo seletivo para preenchimento de vagas na área de Educação do Campo. Nesse seletivo, foram selecionados 24 (vinte e quatro) alunos da Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza. Destes, 6 (seis) alunos desenvolvem as atividades do Pibid na Unidade Escolar Santo Antonio do Campo Verde, situada no município de Sigefredo Pacheco.

No âmbito dessa escola, os pibidianos atuam junto aos professores de Ciências Naturais, desenvolvendo várias atividades, como produção de modelos didáticos e jogos, que contribuem para o aprendizado dos conteúdos desse componente curricular. O desenvolvimento dessas novas metodologias se deu a partir da percepção de que a escola trabalhava com metodologias tradicionais, com a preocupação voltada apenas para



transmitir aquilo que estava no livro didático, sem uma contextualização e aproximação de temas que são vivenciados na realidade do cotidiano desses alunos.

No âmbito das ações do PIBID, também são realizadas atividades de monitoria individual e em grupo com os alunos que têm mais dificuldade e que necessitam de ajuda. Nessa monitoria, os pibidianos explicam o conteúdo, tiram as dúvidas e propõem questões para os alunos resolverem. Ressalta-se a importância da participação dos bolsistas nas atividades de planejamento escolar, reuniões com os pais, entre outras atividades, possibilitando aos mesmos conviver com as demandas e dificuldades da escola, podendo sugerir intervenções para melhorar a aprendizagem.

Entre as dificuldades para desenvolver as ações do Programa PIBID, estão a falta de aceitação dos pibidianos por parte de alguns alunos, a falta de acolhimento dos mesmos por parte da equipe escolar; dificuldades dos professores em compreender qual a função dos pibidianos e qual o objetivo do Programa, pouca disponibilidade de materiais para confecção dos modelos didáticos, entre outros.

Entretanto, apesar das dificuldades, percebe-se que os alunos melhoraram o aprendizado na disciplina de Ciências Naturais e estão desenvolvendo a capacidade de pensar, levantar questionamentos relacionados ao conteúdo, criar posicionamentos reflexivos e estão despertando interesse pelas aulas desse componente curricular. Ressalta-se que, aos poucos, os professores estão mais abertos ao diálogo sobre essas novas metodologias.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação À Docência – PIBID**. Edital Nº 7/2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-7-2018-PIBID.pdf>. Acesso em: 13/09/2018.

20 ANOS DO PRONERA E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PIAUÍ: UM EVENTO QUE MOSTROU A PERENIDADE DA RESISTÊNCIA DOS POVOS CAMPESINOS E A INTEGRAÇÃO ENTRE SEUS SUJEITOS

Pedro Luiz Oliveira Britto
Maria Dinae Pereira de Freitas

Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI



Entre os dias 13 e 15 de agosto do corrente ano, foi realizado o evento “20 anos do PRONERA e da Educação do Campo no Piauí”, marcando o vigésimo aniversário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária no estado, em concomitância ao IV Seminário Integrador da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí/Campus Teresina.

O evento foi sediado no Cine Teatro da UFPI, na capital piauiense, e contou com uma programação que incluiu discussões, avanços e retrocessos na instrução campesina, sendo tais momentos conferidos por autoridades representativas, como representantes de movimentos sociais, políticos, docentes, líderes comunitários e instituições de ensino. A solenidade foi assistida por estudantes dos Cursos de Educação do Campo de Bom Jesus, Floriano, Picos e Teresina, alunos do PRONERA da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), discentes de Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e de outros cursos da UFPI.

A abertura foi realizada na terça-feira, às 18h30min, desencadeada com uma mística executada pelos discentes da LEdoC de Teresina, que representou, artisticamente, uma progressão histórica dos povos do campo no Piauí, desde os indígenas que habitaram o território, o período de escravidão, a produção agrícola familiar, vaqueiros, programas criados pelo hodierno meio político e que



desmontam a educação camponesa, os movimentos sociais e as lutas travadas pelos direitos do homem e da mulher do espaço rural e o futuro dos programas já instaurados para esses sujeitos. O Seminário decorreu com apresentações culturais, como a “Dança do Boi Mangangá”, realizado pelo coletivo do Movimento dos Sem Terra (MST), do Assentamento Palmares, da cidade de Luzilândia - PI.

A programação do evento contou com rodas de conversas, formação de mesas compostas por representantes de instituições e movimentos sociais, como MST, Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Piauí (FETAG),



Federações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Piauí (FETRAF), UFPI, Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Piauí (AEFAPI), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC), Secretaria de Desenvolvimento Rural do Piauí (SDR), UESPI, Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (ADUFPI) e Fórum Piauiense de Educação do Campo (FOPEC).

O contexto das falas dos representantes girou em torno da conjuntura histórica da Educação do Campo no Estado do Piauí, trazendo as lutas traçadas pelos povos camponeses e movimentos sociais, as dificuldades que a educação do campo enfrenta no contexto palpitante e também sobre os avanços alcançados através dessas lutas, além de indagações sobre o futuro dos licenciados em Educação do Campo e PRONERA.

O seminário contemplou, ainda, em sua programação, 22 oficinas e minicursos desenvolvidas por docentes e discentes da LEdoC de Teresina, que abordaram o meio rural nos vieses de suas peculiaridades, exibindo, majoritariamente, estratégias metodológicas para



o ensino de ciências nas escolas do campo e a formação do olhar crítico frente à sociedade e aos desmontes educacionais. Outrossim, ocorreu a apresentação de mais de 150 trabalhos científicos, em forma de banners, que expuseram diferentes realidades vividas pelos discentes em suas comunidades, durante o Tempo Comunidade (TC),

havendo troca de saberes e vivências entre os participantes.

Na quinta-feira (15), o último dia do evento, foi realizada, na Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI), uma Sessão Solene pelos 20 anos do Pronera e da educação do campo no Piauí, comandada pelos deputados estaduais Elisângela Moura (PCdoB) e Francisco Limma (PT), que reforçaram as temáticas já debatidas em outros momentos do seminário. Na oportunidade, houve a fala de várias entidades emblemáticas, dentre elas, destacam-se as do deputado Limma, que enfatizou o preconceito sofrido nas Universidades pelos alunos oriundos do campo, e a do representante do Movimento Estadual de Educação do Campo (MEEC), Messias de Nassau Neto, que abordou a relevância do curso e de seus alunos para a transformação social do espaço rural, ambas imensamente ovacionadas. Conforme a professora Marli Clementino, docente do Centro de Ciências da Educação, na área de política



educacional, e uma das principais responsáveis pela organização do evento, o intuito do seminário foi alcançado com êxito, pois foram colocados diversos sujeitos que integram a educação do campo para uma construção e discussão coletiva do e no seminário, elencando as diversas vertentes, desde as conquistas já obtidas como também as mazelas que acometem em função do atual contexto político.

Além disso, para a educadora, o evento serviu para unir vários movimentos sociais, reafirmar a imprescindibilidade de uma política educacional específica para o campesinato, que leve em consideração os seus anseios e potências. Permitiu, ainda, a barganha de saberes entre estudantes de várias comunidades com base nos trabalhos exibidos. Esses aspectos, apesar das várias dificuldades no que concerne à realização do evento, como alojamento e financiamento, trouxeram beleza para o evento, o que evidenciou a perenidade da resistência dos povos do campo e a integração entre seus sujeitos.

PROFA. DRA. LUCINEIDE BARROS CONCEDE ENTREVISTA SOBRE O SEMINÁRIO “20 ANOS DO PRONERA E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DO PIAUÍ”

Por: Ednelma Cruz

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo

Entre os dias 13 e 15 de agosto, aconteceu o Seminário “20 Anos do PRONERA e da Educação do Campo do Piauí”. O evento foi realizado pelo Fórum Piauiense de Educação do Campo (FOPEC), em parceria com a Universidade Federal do Piauí (UFPI) - entre discentes e docentes das Licenciaturas em Educação do Campo, Centros Acadêmicos das Licenciaturas em Educação do Campo e educandos dos cursos de graduação do PRONERA - Geografia, Pedagogia da Terra, entre outros.

A atividade contou com a participação de organizações sociais do campo, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí (FETAG) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com mais de 450



peças participantes. Foram incorporadas na programação do evento, mesas com representação dos movimentos sociais e da Universidade, com a apresentação de, aproximadamente, 150 trabalhos científicos produzidos em parceria com alunos, professores e militantes da causa camponesa. Também aconteceram oficinas, minicursos, rodas de conversas e uma Sessão Solene na Assembleia Legislativa do Piauí. Para sabermos e conhecermos

aspectos relevantes sobre o evento, realizou-se uma entrevista com a Profa. Dra. Lucineide Barros (FOPEC/UESPI), que teve participação solícita durante os três dias do evento.

- Quais foram os objetivos do evento?

Lucineide Barros: O objetivo geral foi celebrar os 20 anos do PRONERA e da Educação do Campo problematizando as especificidades e recorrências que caracterizam as dimensões socioeconômicas, políticas e culturais, por meio da socialização de experiências dos sujeitos do campo nos processos formativos, no intuito de fortalecer a construção de políticas públicas de Educação do Campo no Piauí. De modo específico, o seminário pretendeu: a) Debater a realidade da Educação do Campo no Piauí: desafios e conquistas; b) Refletir a respeito do processo formativo da Educação do Campo no Piauí; c) Socializar experiências dos processos escolares e não-escolares no campo; d) Aprofundar a discussão sobre os desafios da Educação do Campo no Piauí, considerando o contexto brasileiro; e) Fortalecer a Educação do Campo no Piauí.

- Qual a importância do evento neste momento de tensões no cenário da educação?

Lucineide Barros: Contribui para colocar na ordem do dia a discussão da Educação do Campo, no contexto da Universidade e das políticas públicas educacionais, denunciando violações e retiradas de direitos; além de favorecer o (re)encontro festivo de organizações, militantes e profissionais, renovando laços de companheirismo, solidariedade e compromissos na defesa e promoção da Educação do campo. Serviu para renovar energias!

- Quais as contribuições que um evento desta dimensão pode trazer para os acadêmicos da Educação do Campo?

Lucineide Barros: Espero que tenha favorecido o auto-reconhecimento dos(as) estudantes, como partícipes de um processo histórico de conquistas, asseguradas pela luta social, indicando que é possível construir nova realidade, alargar horizontes e ampliar direitos. Foi também uma afirmação de que os(as) estudantes não estão sós, que podem contar com uma força coletiva na superação de preconceitos estruturais, institucionais, que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência na Universidade. Abriu espaço para a socialização dos conhecimentos produzidos em pesquisa e em práticas pedagógicas, afirmando que camponeses são também sujeitos de conhecimento acadêmico.

- Você acredita que o evento causou impactos dentro da instituição? Justifique.

Lucineide Barros: Acredito que sim. Provocou, no mínimo, curiosidade e questionamentos; inscreveu uma presença ainda pouco sentida na Universidade, a presença do povo do campo. Deixou o recado: não estamos inertes; estamos sentindo os impactos da crise econômica e humanitária e nos recusamos ao papel de expectadores(as).

- Sobre a socialização de trabalhos, qual a importância dos acadêmicos mostrarem os resultados de suas pesquisas e vivências no campo?

Lucineide Barros: Importância máxima. Foi um exercício de pronunciar aprendizados, de conhecer os rituais desse tipo de atividade, valorizar os esforços realizados na parceria entre estudantes, docentes e comunidade; de perceber que há interesses convergentes e que há um sentido ético-político nas pesquisas que realizamos, afirmando que nossas pesquisas vão além de constatações, explicitam tensões e negações históricas e assumem um posicionamento frente ao mundo e às injustiças.

- Cite as experiências mais ricas que o evento oportunizou.

Lucineide Barros: A começar pelo esforço coletivo das pessoas que estavam em diferentes municípios e, ao mesmo tempo, colaborando com a organização do evento, cuidando das condições materiais para o acolhimento de todos(as), apesar das condições precárias. As místicas foram momentos fortes, arte, expressão corporal, pensamento crítico, protestos e possibilidades; ato cultural foi simples, lindo e envolvente; o debate público na Assembleia Legislativa e nas mesas, envolveu agentes públicos e da sociedade civil rompendo isolamentos impostos.

- Qual a importância da participação de movimentos sociais e outros polos da Educação do Campo?

Lucineide Barros: Também máxima importância; eles são forças imanentes ao processo de construção da Educação do Campo, de modo que não é possível falar em Educação do Campo, em seu sentido originário, sem considerar a luta e a organização dos movimentos sociais do campo, com destaque, no início, para o MST, e agora compartilhado com outros agentes. Penso que não podemos perder de vista esse dado histórico e também demanda da atualidade: precisamos construir educação como parte de um processo de mudança do mundo, que não se faz somente pelas idéias, requer a materialidade que só a luta possibilita.

- Quais foram os objetivos da Sessão Solene realizada na Assembleia Legislativa do Piauí? Fale um pouco sobre o momento, de acordo com sua percepção.

Lucineide Barros: Foi convocada como uma Sessão comemorativa, mas além de demarcar os 20 anos do PRONERA e da Educação do Campo, que é um gesto importante, também denunciemos as dificuldades e barreiras criadas pelo Estado, quando não prioriza a agricultura camponesa e a reforma agrária, sem a qual não faz sentido falar em Educação do Campo; quando prioriza o agronegócio com sua sanha destruidora do meio ambiente e dos modos de vida próprios dos territórios e negligencia a agricultura familiar. Deixamos propostas que esperamos que sejam retomadas em iniciativas fiscalizatórias contra o fechamento de escolas, com aporte financeiro no orçamento público, criação de um Pronera estadual, criação de estrutura adequada nas escolas do campo e outras medidas necessárias e urgentes.

JUVENTUDES DO CAMPO: TRAJETÓRIAS E PERTENCIMENTO DE CLASSE**Antonia Maria da Anunciação Alves de Almeida***Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo***Iael de Souza***Professora Assistente da UFPI*

É possível afirmar que a Juventude é múltipla, plural e diversa, uma categoria que pertence a uma fase da vida repleta de contradições e ambiguidades. A juventude é, sem dúvida, mais do que um conceito ou uma palavra. Ser jovem é pertença, não basta estar dentro da fase biológica definida nos normativos, é necessário sentir-se jovem. A juventude é determinada e constituída por um processo histórico-social



inédito de experiências diferentes e únicas para cada jovem. Enquanto um ser autônomo, vive de diversas maneiras, segue diferentes trajetórias e toma rumos variados.

A juventude do campo é uma categoria em análise e em construção. Segundo o IBGE (2010), soma 8 milhões de pessoas e representa 27% da população rural brasileira. São mulheres e homens da agricultura familiar, da reforma agrária, dos povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, ribeirinhos, extrativistas, sem terra, entre outros. Denominam-se enquanto jovens do campo, das florestas e das águas, são pertencentes à classe trabalhadora e camponesa. Caracteriza-se como uma categoria social diversa, construída a partir das experiências de trabalho, sociabilidade, troca cultural e interação socioambiental. A desigualdade social do Estado brasileiro expõe os desafios que as juventudes do campo enfrentam na travessia de criança a fase adulta.

A trajetória de vida da juventude rural e sua distinção em relação à juventude urbana se acentua pela vivência em um espaço onde a carência das condições materiais e espirituais (arte e cultura) básicas é ainda mais drástica e aprofundada do que na cidade, como a falta de acesso aos bens e serviços de saúde, educação, lazer, entre outros. Tensionado de modo geral por questões como a expansão indiscriminada do agronegócio, da concentração da terra e da exploração socioambiental. A força do latifúndio transforma a massa de trabalhadores rurais em sem terras e sem trabalho, ainda tendo que conviver com diversas situações de não-reconhecimento, de preconceitos, marginalidades e excludência social.

É fato que o rural foi considerado o lugar do atraso, do rústico, sendo a cidade/urbano sinônimo de desenvolvido, de civilizado. Herança de um sistema capitalista, escravocrata, presente na concepção positivista da sociologia rural, que explica o rural como socialmente produzido. Essa concepção funcionalista contribui para que muitos jovens se envergonhem do seu lugar de origem, omitindo sua profissão de agricultor/a, negando a sua identidade enquanto sujeito pertencente a uma categoria, sendo que muitos se declaram como estudantes.

¹ Não se trata de “exclusão” mas sim de “excludência” porque a sociabilidade capitalista regida pela lógica do capital é excludente por natureza, isto é, em sua essência, sendo impossível incluir a todos, já que esse sistema sociometabólico se alicerça na propriedade privada, nas desigualdades sociais que dela decorrem, numa sociedade de classes dividida entre aqueles que concentram e detêm a riqueza socialmente produzida e aqueles que produzem a riqueza social mas não podem acessá-la, muito menos dela se beneficiar (capitalistas e trabalhadores assalariados). Sendo assim, para maior coerência e fidelidade ao real, seria mais adequado falar em *patamares de exclusão*.

A falta de perspectiva de uma vida digna obriga os/as jovens a buscarem outras alternativas, a exemplo da migração, causando o fenômeno do êxodo rural. Os dados revelam que de 2000 a 2010, cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural, desse total, cerca de 1 milhão são jovens rurais, entre 18 e 29 anos de idade (IBGE, 2010). O êxodo rural é um grande risco para a agricultura familiar e sucessão rural, haja visto que a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos dos brasileiros. A trajetória de vida das juventudes do campo é marcada pela exclusão social, de modo que, por muito tempo, estiveram à margem das políticas públicas estatais, bem como das pesquisas acadêmicas.

Entende-se, assim, por que as juventudes vêm lutando pelo reconhecimento e respeito enquanto categoria da classe trabalhadora do meio rural, de modo que, com o tempo, a palavra rural foi se resignificando por optar por uma concepção mais abrangente, inclusiva, observando as especificidades e complexidades que marcam o modo de vida das pessoas, sendo adotado o conceito de “campo”.

As juventudes rurais, desde meados da década de 1980, têm se mobilizado em pastorais, movimentos sociais e sindicais. Com as mais variadas formas de vida no campo e a sua condição de ser jovem: “sem-terra, assalariado/a, sem renda, ribeirinho/a, quilombola, extrativista, agregado/a”, etc., sendo que da diversidade surgem as lutas da juventude rural e de sua tomada de consciência enquanto membros da classe trabalhadora e sujeitos históricos.

Para as juventudes rurais, iniciar o processo de construção e tomada de consciência do seu pertencimento de classe se faz na medida em que a juventude se reconhece enquanto membro pertencente à classe trabalhadora, antagônica ao capital, com interesses e necessidades irremediáveis e irreconciliáveis em relação à classe capitalista e todas as suas personas, que incorporam e defendem o sistema sociometabólico do capital, baseado no desenvolvimento desigual e combinado.

A busca da consciência “em si” das juventudes rural elucida as especificidades inseparáveis do seu modo de vida. Para amenizar a sua condição de exclusão, buscam conquistas para a perspectiva do trabalho contra o capital através das políticas “públicas”-estatais, meio, na sociabilidade atual, de arrancar do Estado capitalista as condições materiais básicas que deveriam estar pressupostas igualmente a todos para uma vida digna numa organização social industrial, moderna e tecnológica. As políticas “públicas”-estatais (denominadas de políticas “públicas” sociais) são a única maneira de forçar o Estado a redistribuir a riqueza socialmente produzida e concentrada por poucos.

As juventudes se fazem ouvir em suas várias maneiras de se organizar e se manifestar, sendo que nas últimas décadas resultou na criação, pelo governo federal, de programas e instrumentos específicos, de execução e ações, voltadas para suas demandas e necessidades. Porém, a criação dessas políticas específicas para a juventude a partir do século XXI, mais precisamente após 2005, também é uma necessidade do próprio sistema capitalista, que precisa adequar essa força de trabalho às novas exigências e base técnico-material da produção e à divisão internacional do trabalho, como também fazê-la incorporar os novos valores, comportamentos, atitudes e competências requeridos pela economia global e pelo mercado de trabalho, atendendo aos empresários, aos homens de negócio e a toda a burguesia em escala global, através do seu bloco no poder.

O começo de uma concepção de classe e de uma consciência de luta demarca a transitoriedade na história das juventudes do campo, num presente e num futuro de contradições num Estado capitalista. Coloca em pauta suas demandas por dignidade, questionando o próprio significado de “cidadania”, provocando novas atitudes, atraindo o olhar da academia, bem como obrigando o Estado a reconhecer suas demandas.

Portanto, o acordar das juventudes do campo para a luta precisa ser conduzida para a transcendência das fronteiras de excludência que marcam séculos de sua trajetória. Embora o capital se utilize das políticas públicas-estatais destinadas à juventude para atender aos seus interesses, a contradição permeia as relações sociais e de produção. A elevação da consciência dessas juventudes e seu reconhecimento de pertencimento à classe trabalhadora pode tornar as relações mais tensas, mais conflituosas, menos tendentes ao consenso, ao consentimento e à legitimação da direção e dominação do capital e dos capitalistas, provocando lutas, embates que podem alterar, com o tempo, as relações de força e poder entre as classes, colocando em movimento um processo de lutas mais radicais ao se enxergar os limites do próprio Estado capitalista e da sociabilidade capitalista em se reformar estruturalmente, colocando fim, de fato, às desigualdades sociais, o que exige a extinção e erradicação da propriedade privada dos meios de produção e de todas as forças produtivas produzidas e acumuladas pela humanidade.

CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS PISTRKIANAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

*Ângela Rodrigues da Silva
Francisca Flávia Lima Silva
Lucas Pontes do Nascimento
Maria Carley Guilherme Rocha
Pedro Luiz Oliveira Britto
Ricardo Damasceno da Silva
Sheila Maria de Sousa*

Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

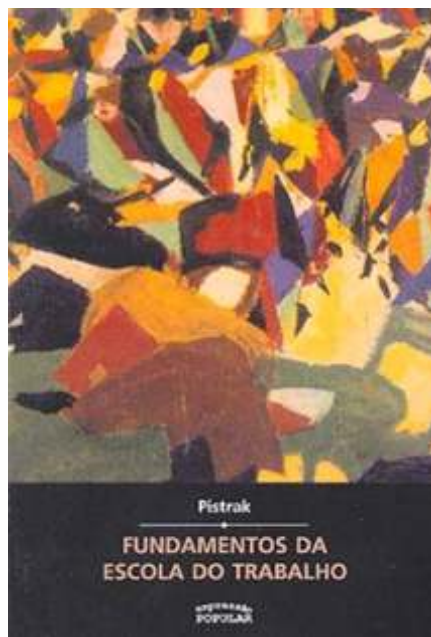
O presente texto concerne a uma análise das concepções educacionais de Moisey Mikhaylovich Pistrak e sua relação com a Educação do Campo, abordando as formas que o educador russo influenciou nos princípios da instrução campesina, desde a presença no MST até a institucionalização transversal dessa modalidade educativa. Neste trabalho, estão expostos aspectos biográficos de Pistrak, seus pensamentos, os elos com a Educação Campesina, além de suas bases e princípios.

Pistrak nasceu em 1888 na Ucrânia, contudo foi na Rússia onde suas ideias foram difundidas. Em 1917, o país russo vivia um período de pós-revolução, havia abandonado o regime czarista devido à grande insatisfação popular gerada na época, principalmente pela grande acinesia social, onde o proletariado, cidadão e camponês, tinham altas jornadas de trabalho e baixíssimas remunerações (SILVA, 2016).

Nesse plano, era indubitável que, com um regime monárquico desigual, que concentrava poder e riquezas nas mãos de poucos, o governo não cumprisse um papel alentador, e os serviços oferecidos à população fossem precários, principalmente a educação. Conforme Silva (2016, p. 75), “crianças e jovens eram privados do direito de estudar. Aos poucos que permaneciam na escola, restava um ensino pouco científico e doutrinário”. Assim, após a tomada de poder pelo Partido Bolchevique comandado por Vladimir Lênin e a recessão czarista, uma das mudanças governamentais seria uma reforma educacional que atendesse ao socialismo, o que não existia anteriormente. Dessa forma, em 1917, foi criado o Comissariado Nacional para a

Educação Russa, substituindo o Ministério da Educação. Freitas (2009 apud VALLE; ARRIADA, 2012) diz que a nova entidade educativa deveria cuidar de toda a vida cultural, não só da instrução. A partir desse Comissariado, foi criado um conselho que intuía a criação de programas escolares na perspectiva socialista, sendo Pistrak um dos educadores membros.

Nessa perspectiva, Pistrak exibia algumas concepções que, para ele, estavam entranhadas nas escolas, fazendo delas um meio de propagação da dominação capitalista. Isso é explícito em sua principal obra: “Fundamentos da Escola do Trabalho”. Segundo esse pedagogo: “As classes dirigentes não passavam de uma minoria, uma pequena minoria, subordinando a maioria a seus interesses, e é por isso que se esforçam para mascarar a natureza de classe da escola, evitando colaborar na destruição da sua própria dominação” (PISTRAK, 2000, p. 30 apud VALLE; ARRIADA, 2012, p. 116).



Isto é, para esse educador, as instituições de ensino e suas práticas serviam apenas para mascarar e propagar um sistema classista e capitalista estando elas sob o controle dos grupos dominantes, servindo como atrofiadoras do conhecimento e formando sujeitos sem o olhar crítico em relação à sociedade.

Por esse ângulo, ele frisava e almejava um modelo de ensino que enfatizasse e transmitisse aos dominados a verdadeira faceta do sistema numulário e o lugar da classe oprimida frente às lutas travadas para a destruição do que Pistrak classifica como inútil. Contudo, de acordo com o autor, esse modelo de educação só se sustenta com docentes que, em sua formação, “recebam” um espírito crítico e revolucionário, tomando a figura de militantes, tendo eles a liberdade para alterar metodologias conforme cada especificidade.

Nesse contexto, Pistrak estabelece o princípio da coletividade no contexto escolar, partindo da auto-organização, representando, alunos unidos entre si, a autoridade máxima da escola e os interesses discentes deveriam ser decididos em assembleias organizadas por eles. A partir de todos os pressupostos expostos anteriormente, ficam evidentes as relações entre Pistrak e a Educação do Campo, sendo esse autor um dos fundamentos dos princípios da instrução campesina, desde seu surgimento no MST, até os atuais programas de institucionalização.

Segundo Silva (2016), a educação aventada pelo MST, na década de 80, apresentava, em sua proposta pedagógica, ligações viscerais aos ideais de Pistrak. A autora cita as questões da auto-organização e da coletividade. Vale ressaltar que o estopim da Educação do Campo se deu por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através das escolas itinerantes que são:

Escolas públicas que compõem a rede estadual de ensino e são aprovadas pelos conselhos estaduais de educação. Por se movimentarem com a luta, tem de estar vinculadas legalmente a uma escola base que é responsável pela sua vida funcional, matrícula, certificação, verbas e acompanhamento pedagógico. (CALDART et al, 2010, p. 332 apud SILVA; PIASSA, 2014, p. 7)

A partir disso, enfatiza Silva e Piassa (2016) que, essa modalidade de escola se difundiu por vários estados e foi possibilitada, principalmente, pelo Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), um programa de cunho federal que dá apoio técnico e financeiro às escolas camponesas. Nessa via de pensamento, é notório que a instrução campesina surge de maneira sui generis, a partir das lutas dos movimentos por uma educação para os povos camponeses.

Hoje, a Educação do Campo “é uma realidade que extrapola os acampamentos e ganha proporções nacionais (...) mostrando para a sociedade brasileira a emergente necessidade de uma proposta curricular própria” (SILVA; PIASSA, 2014, p. 7). Mas o que seria essa proposta curricular própria? Trata-se de uma modalidade educacional que busca, além dos conhecimentos científicos, formar a integralidade humana nas suas mais variadas formas na sociedade, e é dentro desse ponto que as concepções de auto-organização e coletividade de Pistrak estão inseridas.

Segundo o documento da proposta teórica da educação do MST, a auto-organização deve estar presente nas práticas educativas, “essa expressão, estamos tomando do pedagogo russo Pistrak, para especificar o processo de criação do coletivo de alunos/alunas” (MST, 2005, p. 173 apud SILVA, 2016, p. 90). Nessa conjuntura, é perceptível a ligação direta entre o autor russo e a educação camponesa, que foi levada para além dos acampamentos e, hoje, está presente nas mais variadas instituições de ensino básica ou superior, levando em frente as lutas estabelecidas pelos povos camponeses ainda na década de estopim.

Conclui-se, por conseguinte, que ficaram evidentes alguns aspectos de paridade entre as concepções de Pistrak e a Educação do Campo. O objetivo de analisar os ideais do autor russo foi cumprido, visto que foram expostos vários semblantes acerca dele, além de, concomitantemente, exibir fatos sobre a educação camponesa associando suas bases e convicções às do pedagogo russo.

REFERÊNCIAS

- SILVA, A. A. e. Pistrak e a proposta de educação do MST. Dissertação: Mestrado, UFRB, 2016.
- SILVA, M. R. S. da; PIASSA, Z. A. C. Organização curricular e do trabalho pedagógico da escola do campo: em busca de reflexão. In: ANPED SUL, 10, 2014, Florianópolis. Anais, Florianópolis: UEL, 2014.
- VALLE, H. S. do; ARRIADA, E. Makarenko e Pistrak: uma análise da pedagogia social do trabalho. Revista Portuguesa de Pedagogia, Pelotas, n. 46, 2012, p. 109-125

IDENTIDADE COMUNITÁRIA: POR QUE É IMPORTANTE FORTALECER?

Maria Michele Portela da Rocha Guimarães

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI



O que define um povo ou uma determinada comunidade não é a sua quantidade de posses ou terras, mas sim suas raízes, sua história, sua identidade. Esse aspecto imaterial que constitui patrimônio de toda e qualquer comunidade, precisa ser evidenciado e valorizado pelos povos que a abrigam. O filme “Narradores de Javé”, produção brasileira, lançada em 2004, e dirigida por Eliane Caffé, revela a importância da identidade individual do sujeito com a sua comunidade, quanto à identidade coletiva de um povo com o seu lugar de vida.

No filme, a pequena cidade Javé será submersa pelas águas de uma represa a ser construída. Seus moradores terão que sair da cidade, sem direito a nada, porque a cidade não possui nenhum valor, material ou imaterial, que justifique a sua permanência

permanência em detrimento da construção de uma grande obra de infraestrutura, como benefício social. Dessa forma, os moradores tentaram registrar, num livro de memórias, as histórias do lugar, de modo que as “garras do desenvolvimento” não sucumbissem toda a riqueza que, para eles, Javé possuía.

No entanto, poucos moradores sabiam ler e só um dos moradores sabia escrever, Antônio Biá, o ex-carteiro. Então, os moradores procuraram-no e, no decorrer do enredo, se desenrola uma grande confusão para a escrita da narrativa. E acabou que Antonio Biá não escreveu nada do que as pessoas rememoraram nas entrevistas que teve com elas, sendo que a cidade foi inundada pela represa.

Assim, os habitantes de Javé passarão por um processo de desterritorialização, que acontece quando uma família ou uma pessoa perde sua referência, sua relação com a terra. Porque, a partir do momento em que a pessoa perde suas referências e precisa passar por um processo de reorganização de seus modos de vida, ou seja, criar uma nova identidade num espaço desconhecido, exige um grande esforço.

Segundo a geógrafa e socióloga rural Rosa Maria Vieira Medeiros (2006), a “identidade é algo que se constrói através de um processo contínuo de formação sempre em busca de sua plenitude”. Ou seja, é algo que construímos com o passar do tempo, desde que nascemos até o dia em que morremos. Por exemplo, uma comunidade tem suas características, como: Quando ela surgiu? Quem foram seus primeiros moradores? Quais suas tradições culturais, seus hábitos, formas de organização social, de sobrevivência, etc.? Enfim, tem sua história, sua identidade.

Portanto, é muito importante as comunidades terem sua história contada e registrada, para que todos tenham conhecimento dos aspectos que a constitui, e possam fortalecer sua identidade de membro daquele lugar. O ideal é, inclusive, que não somente os moradores dessa comunidade saibam sua história, mas sim que todas as pessoas de comunidades vizinhas também a conheçam e respeitem, impedindo que aconteça o mesmo que aconteceu com Javé, ou, pelo menos, resistindo bravamente às investidas contra a sua existência.

REFERÊNCIAS

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Camponeses, cultura e inovações. In. LEMOS, Amália Inês de Geraiges; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Laura Maria. América Latina: cidade, campo e turismo. San Pablo: CLASCSO, 2006.



A ATUAÇÃO E O PAPEL SOCIAL DE PROFESSORES NAS ESCOLAS CAMPESINAS**Ednelma do Carmo Cruz***Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI*

São muitos os desafios vivenciados pelos professores de escolas do campo, no tocante ao papel significativo destes na vida de seus alunos. Planejar situações de aprendizagem que articulem conhecimentos escolares a saberes culturais,

contextualizar, formar para o exercício da cidadania, são atributos que fazem do exercício de ser professor uma tarefa desafiadora.

Sabe-se que não é tarefa fácil e para que sejam alcançados resultados satisfatórios no que se refere à aprendizagem significativa, é necessário empenho, formação inicial e continuada e desenvolvimento de metodologias que possibilitem despertar o interesse dos estudantes. Também é preciso que sejam almejados princípios acerca do papel social que os professores têm na vida dos alunos ao vivenciar e atuar num espaço de extrema relevância no que se refere ao processo de formação humana.

É de fundamental importância analisar o processo de formação dos professores e a forma como os mesmos ampliam seus saberes e conhecimentos que, por sua vez, precisam atender às especificidades de cada ambiente escolar em que atua. Levando para o lado do papel do professor no processo de formação humana e social, é preciso refletir e assegurar que é possível mudar o paradigma da distância entre estes. Isto significa que os professores, especificamente professores atuantes de escolas do campo, têm um papel social importante na vida de seus alunos. A atuação do professor do campo vai além da docência, são agentes transformadores e incentivadores dos alunos e também da comunidade, mostrando novos caminhos e possibilidades.

Libâneo (2002) destaca que “a tarefa de ensinar a pensar requer dos professores o conhecimento de estratégias.” Desse modo, podemos tomar consciência de que, sem dúvidas, um dos grandes desafios na formação dos professores é acabar com a ideia de um modelo único de ensino.

Nesse sentido, os professores que atuam nessa área devem assegurar-se da constante redefinição da profissão e da compreensão da prática de acordo com a realidade na qual se situam. É necessário estar atento e aberto aos conhecimentos que se produzem nesta área.

Na formação do docente, é preciso criar condições para que o futuro profissional reflita sobre os problemas sociais, para que este seja capaz de propor alternativas de ensino que possibilitem ao aluno construir sua identidade cultural e, dentro desse contexto, entender que a educação do campo é específica e diferenciada no sentido de amplo processo de formação humana. Decorre daí, uma grande discussão sobre o modo específico da formação do professor que vai atuar no campo.

As dificuldades são inúmeras, o educador do campo carrega consigo inúmeros desafios, mas, com uma formação diversificada e adequada, são fortes as possibilidades de se obter resultados satisfatórios. O aluno do campo também almeja conquistas e uma educação qualificada, mas que não se distanciem de suas origens, pelo contrário, fortaleça-as, para que através dessa luta pela educação, o campo seja reconhecido socialmente, os alunos e professores tenham uma formação humana digna e estejam significativamente inseridos na sociedade como agentes transformadores.

Para Aranha (1996, p.15): “É a educação portanto que mantém viva a memória de um povo e das condições para a sua sobrevivência. Por isso dizemos que a educação é uma importante mediadora que torna possível a reciprocidade entre indivíduo e sociedade.”

A atuação dos professores nas escolas do campo nos remete à análise e reflexão da necessidade de estar constantemente inovando e buscando métodos para garantir que os alunos tenham acesso à educação, que lhes é de direito, e mostra-nos que há um longo caminho a percorrer e desafios a serem enfrentados na busca de uma educação que seja o veículo para se alcançar uma sociedade justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ARANHA M. L. História da educação e da pedagogia. 3 ed. São Paulo: Moderna. 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão Escolar: teoria e prática. 5 ed. Goiânia; Editora Alternativa, 2002.

EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO/DO CAMPO

Juliana Lima de Sousa Carvalho

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

No propósito de conquistar uma educação de qualidade para os povos do campo, os movimentos sociais têm atuado de forma organizada, no que diz respeito à articulação e criação de estratégias que propiciem diálogos/debates com o Estado.

A capacidade de organização, articulação e mobilização das massas, através de movimentos sociais, é o que os torna entidades fortes na luta, como podemos constatar no documentário mexicano “Um poquito de tanta verdade”, produzido em 2007, e que narra acontecimentos desenrolados, em 2006, na cidade de Oaxaca, no México, desencadeados a partir de uma greve de professores.

A luta dos cidadãos da cidade de Oaxaca estendeu-se para a reivindicação de derrubada do governador corrupto, que de todas as formas tentava oprimir e diminuir o povo através de falsas acusações e violência, além de não oferecer condições dignas de vida para os cidadãos. Assim, o povo, através de sua organização, lutou com garra por um longo tempo.



Articulação social desse tipo provoca nos sujeitos o sentimento de esperança quanto ao alcance de uma sociedade melhor. A busca por reconhecimento promove a união dos movimentos sociais, propiciando a criação de fóruns e espaços estratégicos de debates, com o objetivo comum de luta pelo direito à saúde, educação, alimentação, saneamento básico, entre outros.

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST é um movimento social que demonstra maior expressividade política nesses espaços de articulação das lutas. Segundo Souza (2019, p. 167): “Pode-se dizer que o MST é o precursor da luta por uma educação do campo, qualitativamente distinta da educação rural [...]”. Seu engajamento com a luta demonstra seu poder de liderança. Não desconsiderando a organização e importância dos demais movimentos sociais, pois todos eles são importantes na luta pelas demandas emergenciais, as quais são de necessidades das populações camponesas. Segundo Gohn (2011), a união desses movimentos sociais fortalece o poder de negociação com o Estado e governos.

As lutas organizadas dos movimentos sociais do campo não se resumem, portanto, às necessidades imediatas da população, mas ganham uma dimensão ampliada, ao se travar a luta por um novo modelo de sociedade, em que os direitos dos povos camponeses sejam reconhecidos e exercidos. Dessa forma, não basta apenas criticar o atual modelo, mostrando suas contradições, por isso, os movimentos, em seus debates, sempre apresentam projetos que, de forma precisa, beneficiam a todos e não somente aos camponeses.

Visando intensificar seu poder de mobilização, os movimentos sociais buscam formar politicamente seus sujeitos, para a luta, demonstrando a preocupação com a formação. Para Souza (2019, p. 167), “a necessidade da educação é sentida pelo MST em seus acampamentos e assentamentos”. Dessa forma, o vínculo com a educação vem a partir das ações práticas realizadas pelos movimentos em busca de uma educação de qualidade para aqueles que não detêm dos meios para alcançá-la.

Diante disso, percebemos que a educação não está presente somente no espaço escolar, mas também no interior do movimento. Em resposta às lutas dos movimentos sociais, o Estado, no objetivo de conter essas lutas, criam políticas, como é o caso das políticas estatais que acabam beneficiando apenas alguns, impedindo muitos de exercerem e terem acesso aos seus direitos.

Para que se alcance uma mudança significativa na sociedade, é necessário que sejam feitos investimentos na educação, com destaque para a educação do/no campo, promovendo a elevação desse espaço como lugar de produção de conhecimento, pois somente através da educação é que se pode alcançar a transformação da sociedade. Para que essa nova sociedade venha a ser um lugar onde sejam reconhecidos os direitos dos povos do campo, é imprescindível a valorização da justiça e da igualdade.

REFERÊNCIAS

- SOUZA, I de. Da educação à educação “por direito”: a problemática da educação dos movimentos sociais e do movimento social do campo. *Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 158-181, jan./abr. 2019.
- GOHN, M. G. Movimentos Sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.

CONTRADIÇÕES DA LDB NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Pedro Luiz Oliveira Britto

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) configura-se como a legislação máxima da educação brasileira. Aprovada em 20 de dezembro de 1996, com cooperação frequente do então senador Darcy Ribeiro, a jurisprudência conta com 92 artigos que visam garantir, por meio do estado, educação gratuita nos padrões mínimos de qualidade para a população tupiniquim (FILHO, 1997), mediante oferta de ensino obrigatório dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos, dividido em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 1996).

Nesse contexto, faz-se necessário compreender no que concerne ao cumprimento da legislação em todos os âmbitos da educação, visto que por ser uma lei, válida para todo o território brasileiro, é obrigatório que sua atuação seja genérica em toda equidistância do país. No entanto, diante do atual cenário político e econômico, é indubitável que as palavras “parnasianas” da LDB se opõem à realidade campesina.

Em primeira análise, é preciso entender o que é Educação do Campo. Para Rodrigues e Bonfim (2017, p. 1374) “é uma modalidade de ensino para crianças, jovens e adultos que vivem no campo”. Desse modo, verifica-se que é um direito da população que reside fora da zona urbana e que precisa ter acesso à escola para garantia das mesmas oportunidades dos cidadãos urbanos, usufruindo de escola, professores e metodologias adequadas.

No entanto, para Furtado (2004 apud MATTOS, 2011), a Educação do Campo é tratada pelo poder público de forma ressarcida e paliativa, com programas sem nexos e sem perspectiva futura. Assim, de início, já se torna evidente que a instrução campesina sofre com o esquecimento por parte do governo, e que suas necessidades não são atendidas pela atual legislação educacional brasileira.

Na LDB, dentre seus noventa e dois artigos, apenas um é voltado à educação no meio rural, contando com três incisos e um parágrafo único, no qual está abordado que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 1996, p. 10)

Em relação ao campo, o artigo define que as peculiaridades desse espaço devem ser consideradas dentro das metodologias de ensino, e, em caso de necessidade ambiental e produtiva, o calendário letivo pode sofrer alterações. Em seu parágrafo único, toca-se em um assunto muito delicado na educação do campo: o fechamento das escolas, que tem ascendido de forma exponencial e se tornado o maior desafio para a efetivação da instrução campesina. Apesar de essa ação ser repudiada pelos povos do campo, que, muitas vezes, fazem manifestação contrária a tal medida, a legislação permite, em certo ponto, o fechamento das escolas.

Para Vendramini (2015), o fechamento das escolas do campo acontece com maior frequência porque as Secretarias Municipais de Educação ou órgãos responsáveis o justificam como medida de contenção de gastos, argumentando que é mais apropriado trazer os alunos do espaço rural para a cidade do que manter pequenas escolas nas comunidades. Esse processo de concentração de alunos em uma determinada escola é chamado de nucleação das instituições de ensino.



Isso é um dos primeiros desafios para a existência da Educação do Campo: a lógica economicista do Estado que, ao invés de garantir o bem estar discente, segue na contramão desse princípio.

Com a nucleação escolar nas cidades, manifesta-se um novo problema enfrentado diariamente pelos discentes do campo: o transporte escolar. Para a LDB, em seu artigo 11, inciso VI, é dever dos municípios “assumir o transporte escolar dos alunos da

da rede municipal”. Com isso, o programa “Caminhos da Escola”, que oferta ônibus escolares para os municípios, surge como algo compensatório, que tenta amenizar a situação de nucleação das escolas. Contudo, muitas comunidades rurais encontram-se em grandes distâncias das sedes das cidades, as rodovias vicinais se exibem, em sua grande maioria, em estado de penúria, e os ônibus ofertados são insuficientes.

Como consequência, problemas mecânicos nos transportes são inevitáveis, além disso, muitas vezes, para suprir a falta de transporte, carros antiquados e em situação de uso precário são contratados para o deslocamento de alunos, o que dificulta o alcance dos mesmos à escola. Nesse contexto, mais um trecho da LDB é ferido, em seu artigo 3, inciso I, no qual é exposto que é princípio do ensino brasileiro a “igualdade de condições de acesso e

acesso e permanência na escola”. Nesse seguimento, é exequível constatar uma antítese: como os alunos do campo terão acesso e permanência na escola, se para eles faltam instituições de ensino no espaço onde residem e transporte de qualidade?

Mesmo quando o método de controle financeiro não consiste na nucleação das escolas, é evidente que sempre há prejuízo para os discentes do campo. Quando uma comunidade apresenta estudantes em pequeno número e notória diversidade etária, os órgãos responsáveis pela educação os concentram em uma única classe. Esse modelo de sala de aula é chamado de classe multisseriada, onde, ao invés de ser pago um professor para cada série, apenas um é contratado para ministrar aulas para todos de uma só vez, independente da série em que os alunos estejam.

Esse modelo de classe serve como empecilho para a efetivação do processo de ensino aprendizagem no ensino fundamental do campo, onde os docentes tentam se desdobrar para garantir um ensino de qualidade mínima. Para Rocha e Hage (2010), os professores são obrigados a reorganizar a sala, dividindo as séries em filas, separar o quadro, contar com o suporte dos alunos mais adiantados, ter paciência e empenho. Essa é a principal dificuldade enfrentada pelos docentes em salas de aula multisséries.

Em relação aos alunos, é bastante complicada a obtenção de aprendizado em um ambiente onde se encontram pessoas de diferentes idades, série, interesses, e estágio de desenvolvimento cognitivo, durante o momento do exercício da docência. O alunado pode ser levado a momentos de distração e/ou dúvidas, visto que, durante as aulas, discentes de um grupo podem ficar atentos à explicação dada a outro, ocasionando confusão entre os conteúdos programáticos de cada ano. Esse tipo de classe é mais comum na fase inicial do Ensino Fundamental (MEDEIROS, 2010).

Por conseguinte, com base em todo o exposto, é evidente que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) não trouxe consigo avanços significativos às escolas do campo e aos alunos, sendo que apenas são perceptíveis, seja pela dimensão ou número, os desafios enfrentados por eles. A nucleação das instituições de ensino, a carência de transporte escolar, a multisseriação das classes e o esquecimento por parte do poder público são apenas os maiores e principais impasses do ensino campesino, uma vez que muitos outros, mesmo de forma esparecida, são presentes.

as no campo?. Educação em revista, Belo Horizonte, v. 31, n. 03, p. 49-69, jul-set. 2015.

Assim, verifica-se que o objetivo inicial desse sucinto trabalho, que era identificar os avanços e desafios da LDB em relação ao Ensino Fundamental campesino, foi cumprido parcialmente, pois, em sua grande maioria, foram detectados muitos empecilhos, contudo a pouca abordagem dos avanços se dá pelo fato deles serem quase inexistentes. É melancólico perceber que no século XXI ainda haja dificuldades de acesso à escola por parte dos cidadãos do campo, visto que a luta traçada por eles vem desde um período que os direitos eram negados a todos. A educação tida como direito de todos e dever do Estado só será efetivada quando todos os cidadãos e cidadãs, independentes do espaço onde estejam, tenham acesso igual a uma instituição de ensino, levando em consideração as peculiaridades de cada território.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

FILHO, R. C. R. A nova LDB: perspectivas e desafios. Química nova, São Paulo, v. 20, n. 4, Jul-Ago, 1997.

MATTOS, B. H. O. M. Educação do campo e práticas educativas de convivência com o Semiárido: a Escola Família Agrícola Dom Fragoso. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

MEDEIROS, M. D. A escola rural e o desafio da docência e salas multisseriadas: o caso do Seridó norterio-grandense. 2010. Dissertação (mestrado) – UFRN, Natal, 2010.

ROCHA, M. I. A; HAGE, S. M. Escola de direito: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

RODRIGUES, H. C. C.; BONFIM, H. C. C. Educação do campo e seus aspectos legais. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2017, p. 1373-1387.

VENDRAMINI, C. R. Qual o futuro das escolas no campo?. Educação em revista, Belo Horizonte, v. 31, n. 03, p. 49-69, jul-set. 2015.

A POLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MUNDO RURAL**Maria de Jesus dos Santos Bento***Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI*

Os movimentos sociais organizados, no Brasil, surgiram há muitas décadas atrás, em que várias pessoas saíram às ruas reivindicando seus direitos por terras, escolas, saúde pública, empregos, etc. E nessa luta em busca de conquistar direitos, morreram várias pessoas que estavam à frente desses movimentos, por isso que essas pessoas devem ser sempre lembradas.



Ao observarmos e/ou presenciarmos a luta dos diversos movimentos sociais existentes na sociedade brasileira, percebemos que eles têm uma forma diferente de agir, de pensar, de ver o mundo. Podemos encontrar diferentes tipos de culturas, de conhecimento, de política, como ficou evidente a partir da leitura do texto A política dos Movimentos Sociais para o mundo rural, de autoria de Ilse Scherer-Warren, publicado na Revista Estudo Sociedade e Agricultura, no ano de 2007.

A autora destaca que existem diferentes tipos de movimentos sociais que militam no contexto rural, como o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Sem Terra (MST), etc. Dentre esses, o que mais se destaca é o MST, por sua relevância não apenas como membro de fóruns, mas, sobretudo, por sua capacidade de liderança (elo estratégico) nas articulações mais abrangentes, por sua visibilidade nas redes de mobilização pública e pela continuidade e coerência política de sua prática cotidiana no nível organizacional localizado.

Os três elementos de constituição de um movimento em rede (organizacional, articulatório e de mobilização) bem como os componentes de construção política de um movimento (princípios identitários, de definição do conflito e projeto de mudança) têm sido trabalhados em todos os níveis desse movimento.

Scherer-Warren discute, ainda, os três principais tipos de lutas que ocorrem no interior dos movimentos sociais do campo: as demandas materiais/emergenciais do cotidiano das bases do movimento; a práxis de ressignificações simbólicas e políticas no movimento e na sociedade; e a elaboração e a política de reconhecimento de um novo projeto de sociedade. Estas três faces das lutas se complementam, mas são, ao mesmo tempo, geradoras de tensões e conflitos no interior dos próprios movimentos e das articulações em redes mais abrangentes.

Importante ressaltar, portanto, que os movimentos sociais no campo mantêm uma constante negociação com o Estado e com os governos buscando atender às demandas do cotidiano das suas bases, o que gerou, especialmente durante o governo Lula, uma relação com muitas ambiguidades. Pois, se por um lado, houve uma relação de reciprocidade política, de participação de lideranças camponesas na gestão pública do Estado, de busca de novos espaços de participação, como nas conferências, nos conselhos e na discussão do Plano Plurianual (PPA 2008/2011), por outro, impôs-se a necessidade de se desenvolver uma consciência crítica sobre os rumos neoliberais que o governo assumiu e a manutenção da autonomia do movimento social, ideia que vem crescendo atualmente nos movimentos sociais no campo.

A autora enfatiza que a sociedade da informação, com os mecanismos de mundialização de suas estruturas e relações inter organizacionais, incluindo-se as da sociedade civil contra-hegemônica, mais do que nunca aproximou e criou possibilidades de conexões sociais, políticas e comunicativas entre os atores coletivos. Do mesmo modo, esta proximidade expõe e tensiona as divergências de encaminhamentos das práticas políticas dos diferentes movimentos.

Em termo de conclusão, ao recomendarmos a leitura do artigo aqui brevemente discutido, analisamos que os movimentos sociais no mundo rural envolvem, principalmente, os trabalhadores rurais e uma das suas principais bandeiras de luta é a reforma agrária, incluindo-se a melhoria das condições de trabalho e o combate ao processo de substituição do homem pela máquina no meio agropecuário. Nessa perspectiva, afirmamos que tais movimentos têm influência formativa na vida dos cidadãos, tornando-os seres críticos e construtores de suas próprias histórias.

COM O SANTO NÃO SE BRINCA²

Antonia Maria da Anunciação Alves de Almeida

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI



Um certo dia, numa manhã chuvosa, era dia de Mártir São Sebastião. O senhor Bendito acordou cedo para a labuta da roça. Chamou seu filho Chiquinho:

- Acorda! Vamos para a roça, que hoje o dia tá bom para plantar, a terra está bem molhada.

Chiquinho não gostava de acordar cedo e ainda lembrou daquele orvalho, deu aquela preguiça. Porém, quando ouviu a cantiga do bem-te-vi, pensou, é sinal que o dia já estava raiando.

Dona Joana, mãe de Chiquinho e esposa de seu Bendito, ouvindo aquela conversa, disse: - Tá doido homem? Hoje é dia santo, nada de ferramenta de corte, não é nem dia de ir para roça.

Seu Bendito, com sua teimosia, acabou indo para roça, mesmo assim. Chegando lá, Chiquinho ficou acuado debaixo de uma moita. Pensando sobre o que sua mãe havia falado.

Seu Bendito, com sua teimosia, acabou indo para roça, mesmo assim. Chegando lá, Chiquinho ficou acuado debaixo de uma moita. Pensando sobre o que sua mãe havia falado.



Seu Bendito olhou para ele e disse: - Chiquinho, deixa de ficar aí parado, pensando besteira! Vamos logo plantar esse legume!

Quando seu Bendito acabou de fechar a boca, uma Cascavel monstruosa de treze enrugas apareceu, e picou o calcanhar de seu Bendito, que logo caiu no chão atordoado e ceguinho.

Chiquinho montou no jumento e foi chamar dona Joana, e contou sobre o acontecido. Dona Joana, logo foi até à casa do rezador, o compadre Tunino.

Enquanto estava cego no chão, seu Bendito lembrou do santo do dia e imediatamente invocou-o, dizendo: - Meu São Sebastião, se eu sair dessa situação com vida, eu prometo ao meu Senhor, que nunca mais vou trabalhar no seu dia, e prometo ainda, festejar o seu nome enquanto vida eu tiver, todo ano no mês de janeiro.

Quando dona Joana chegou com o rezador (Tunino), ele fez o benzimento, seu Bendito já estava se sentindo aliviado. Dona Joana já foi avisando: - Viu, homem? Com o santo não se brinca. Não era para ter saído de casa hoje!

Foi graças a reza do seu Tunino e a intercessão do santo, seu Bendito ficou curado, e o mesmo nunca mais trabalhou no dia de São Sebastião e festejou o Santo até hoje.



² O texto original foi apresentado no trabalho da disciplina: História, Identidade e Memória dos Povos do Campo da Profa. Keylla Rejane Almeida Melo, no dia 27 de julho de 2015, pelos alunos: Abimael Lima, Antonia Maria, Carlito Pereira, Francisco Sávio, José Antonio, Francisco de Assis, Francimar Santos. Trabalho referente a leitura do texto "Cultura Camponesa" em forma de conto.

MEMÓRIAS DE MIM
Por: José Antonio Ferreira Leandro
Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Me chamo José Antonio
 Com firmeza e lealdade
 Meu símbolo é a união
 Minha arma é a verdade
 Com garra e perseverança
 Tenho com Deus aliança
 E no peito a dignidade.

Tranquilidade e bom caráter
 Descreve o meu perfil
 Não preciso de status
 Nesse espaço juvenil
 Sempre honrei minha identidade
 Com paz e honestidade
 Meu estilo é ser gentil.

Tenho a minha família
 Como uma grande referência
 Que com seu árduo trabalho
 E com a força da experiência
 Ensinaram-me desde criança
 Ser um jovem de confiança
 Com respeito e competência.

A palavra gratidão
 Essa tem grande conceito.
 O filho hoje reconhece
 Seu significado perfeito.
 Agradeço aos meus pais
 Pessoas fenomenais
 Que amo e tenho respeito.

Sempre fui inquietador
 Autêntico ao questionar
 Com pensamentos lógicos
 Para a vida decifrar
 Agradeço a natureza
 Que pela sua grandeza
 Faz tudo recomeçar.

Minha infância foi marcada
 Por uma grande razão
 Baseada em Paulo Freire
 Eu tive a reflexão
 No meu projeto de vida
 Encontrei uma saída
 Apostar na educação.

A educação transforma
 Faz a vida ser demais
 Desde cedo estudei
 Buscando novos ideais
 Assim foi minha sina
 Mudei para Teresina
 Com apoio dos meus pais.

A cada passo à frente
 Um sonho a realizar
 A saudade da família
 E o desejo de estudar
 É um momento marcante
 Na vida de um estudante
 Que sonha em se formar.

Mas a vida é um desafio
 Que aprendi a enfrentar
 Viver o presente momento
 Para o futuro alcançar
 Superando dificuldade
 Encarando a realidade
 Para ao campo retornar.

O lugar de origem
 É um manto consagrado
 A gente se ver no espelho
 Mesmo sonhando acordado
 Tudo na vida há um preço
 Você voltar ao seu berço
 Com o sonho realizado.

Agora de volta à terra
 Tendo outra visão
 Capaz de inovar o campo
 Com ênfase em educação
 Ao lutar por melhoria
 Dignidade e cidadania
 Em prol da nossa nação.

Associei-me ao campo
 Por uma grande virtude
 Liderei grupo de jovens
 Com isso tive atitude
 Em uma luta constante
 Me tornei militante
 Ao lado da juventude.

Uma experiência rica
 Que pude vivenciar
 Em São José dos Patos
 Foi possível observar
 Pelo talento do povo
 A visão de um mundo novo
 Na educação popular.

Somando novos valores
 Agregando conhecimento
 Com troca de saberes
 A voz do empoderamento
 Nosso povo generoso
 Foi bom e proveitoso
 Que ficou no pensamento.

Escola Zenita Pires
 Obrigado pela atenção
 Também Valdivino Tito
 Pela sua contribuição
 A todos os professores
 Nossos mestres formadores
 Minha eterna gratidão.

Suas sábias palavras doces
 Na sua singularidade
 Tudo dentro do limite
 Com paz e seriedade
 Durante minha formação
 Hoje resta recordação
 De sua fidelidade.

Em uma luta contínua
 Levada por emoção
 Fui para Pedro II
 Para mais uma missão
 Foi um momento feliz
 Grande amizade fiz
 Naquela instituição.

Lá fui agraciado
 Com outra identidade
 De Técnico em Agropecuária
 Por mérito e lealdade
 Com certificado em mão
 O selo de aprovação
 Por aquela entidade.

Obrigado irmã Celina
 Por tanto amor concedido
 Ao chegar à fundação
 Fui muito bem recebido
 Eu falo com confiança
 Onde há perseverança
 Jamais o amor é vencido.

Uma coisa é certa
 Você pode ter certeza
 Nunca vou esquecer
 Toda sua gentileza
 Os professores da EFASA
 E os funcionários de casa
 Por tão clara a sua grandeza.

Foi um período difícil
 Tamanha a dificuldade
 A condição financeira
 Longe da minha cidade
 Mas nunca desisti
 Confiei e persisti
 Passei para a Universidade.

Hoje sou professor
 Para uma grande missão
 Libertar a juventude
 Da injustiça e opressão
 Com êxito o setor rural
 Visando o lado social
 Da nossa população.



OS CHEIROS E OS SABORES DE UMA INFÂNCIA NO CAMPO

Antonia Maria da Anunciação Alves de Almeida.

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Contar minha história de vida é sempre emocionante, faz revisitar as memórias, lembranças esquecidas ou guardadas que, às vezes, o meu subconsciente ou o tempo teima em esconder, para assim dar espaços a novas lembranças.

Das lembranças que carrego, as que mais me marcaram, são as lembranças de criança e adolescência. Basicamente, são essas memórias que compartilho neste texto.

Eu nasci em casa, na localidade Canto do Arame, município de José de Freitas-Piauí, pelas mãos da parteira irmã de meu pai.

Faço parte de uma família de 16 irmãos.

Vivi a minha infância numa casa que ficava em cima de um morro. No quintal tinha um jardim florido, uma horta medicinal e comestível, tinha também vários pés de goiaba e de caju. Havia um forno construído de barro que minha mãe usava para assar bolo, um pilão feito de madeira que servia para pilar arroz e moer o café.

Em frente à casa, existia um poço cacimbão, onde toda tardinha minha mãe nos levava para dar banho, o pôr do sol era o mais lindo desse mundo. No terreno no fundo do nosso quintal, tinha vários pés de faveira, mamacachorra, mangueira e muitas palmeiras de coco babaçu. Era o nosso mundo, onde trabalhávamos e nos divertíamos.

A minha casa era simples, de parede de taipa, chão batido e cobertura de palha de coco. Havia duas salas, três quartos, uma cozinha e uma dispensa e, ainda, uma latada anexa na parte da frente, rodeada de bancos de madeira roliços para sentar.

A minha casa, por ser coberta de palha, renovava-se a cobertura a cada três anos, por causa das goteiras. Levava dois dias e envolvia toda vizinhança para fazer o trabalho. Eu lembro que quando descobria a casa, nós dormíamos a céu aberto, dava para ver as estrelas, porém sempre dava o azar de cair uma chuvinha.

Na minha casa não tinha energia elétrica e todos sentavam ao redor da mesa para fazer as tarefas da escola com uma lamparina ao centro da mesa. Quando não tínhamos tarefas da escola, minha mãe sentava no chão da sala, nós sentávamos ao seu redor e ela contava histórias: da Maria de Pau, do Caçador, do Zé Cabeleira e de lobisomem.

Nas noites de luas, meus irmãos, primos/as e eu, brincávamos de “esconde-esconde”, “de roda”, “Bombaquim”, “Boca de Forno”, “do Grilo”, “Rica-rica e Pobre-pobre”, “do Cair dentro do poço” e “do anel”. Era muito divertido! Nós deitávamos no chão do terreiro sobre uma esteira feita de palha de carnaúba e ficávamos olhando as estrelas e a lua, contando histórias e imaginando coisas.



A minha infância foi muito legal. Eu brincava na chuva com meus irmãos e corria para apanhar pequi. Eu me lembro do disco de vinil e da radiola ligada na sala e das festas de matinês, eu não entendia muito, mas me lembro.

Você deve estar se perguntando por que eu escolhi compartilhar as minhas lembranças de infância. Sabe por quê? Porque elas são as fragrâncias e os gostos mais incríveis que já experimentei! Elas vêm sempre acompanhadas de cheiros e sabores. Nossa, que magnífico!

Pois é, eu falo do cheiro do milho assado na tarde de inverno, do cheiro e do sabor do feijão verde temperado com azeite de coco babaçu e coentro, da paçoca de gergelim com rapadura. Eu falo do gosto e do cheiro do arroz torrado, acompanhado com piaba assada no final da tarde. Que gostoso!

E aquele cheiro da fumaça do fogão a lenha, do cafezinho e cuscuz de milho ralado de manhãzinha antes de levantar... Nossa, que demais!

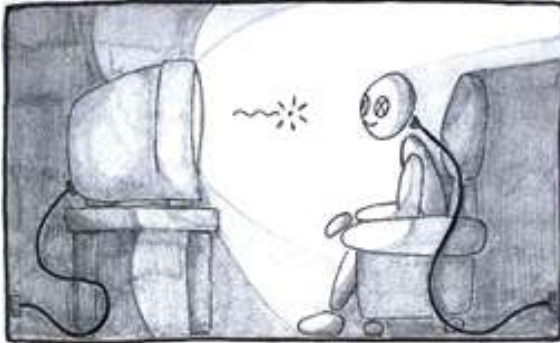
Veja se você sente comigo o cheiro da terra molhada, o barulho da chuva sobre a palha da casa e o sapo cantando no riacho. Fantástico, não?

Eu adorava o cheirinho especial do caderno, do lápis, da borracha e dos livros novos que recebia na escola, era tão marcante que passava uma semana inteirinha cheirando esses presentes. Hum, que saudade!

Entendeu? São essas memórias que só quem tem, é quem viveu no campo, na roça. A minha casinha e minha família são minhas referências, o meu porto seguro, é para onde eu sempre volto. Que maravilha poder compartilhar essas lembranças com você, leitor! Espero que você tenha gostado de sentir os cheiros e os sabores de minha infância. Eu amei, que demais! Pois as minhas lembranças são carregadas de significados que me dizem quem eu sou.

O EFEITO DA MÍDIA

Francisco José de Macêdo

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

A gente vê no noticiário
O poder da manipulação
A mídia mostra relatos
De extrema contração
E a gente vive na mira
Fixado só na mentira
Que vê na televisão.

As notícias são alteradas
Na sua grande proporção
Existe a tal de fake news
Que é uma grande ilusão
Você crê que é verdade
Só que na realidade
É pura manipulação.

Ela usa a mente do homem
Para poder se apoderar
É igual um vírus hospedeiro
Quando começa a habitar
Só é preciso de um espaço
Pro homem cair no laço
E depois se arrebentar.

Exemplo são as novelas
Perfil de grande artista
Com cenas erotizadas
E ainda um pouco racistas
Onde o negro é torturado
Todo dia maltratado
Pela mídia comunista.

Tem um poder de alcance
Que reflete na imagem
Eles vendem seu produto
Como se fosse reciclagem
As pessoas são abduzida
Ao expor o corpo e a vida
Tudo que tem na bagagem.

No famoso facebook
Vê -se algo anunciante
O corpo de uma morena
E uma loira elegante
Não há como resistir
Já penso logo em curtir
Aquele perfil marcante.

É preciso ter cuidado
Saber se posicionar
Diante de uma postagem
Na hora de comentar
Porque existe raqueador
Um grande especulador
Querendo te raquear.

Ultimamente a onda é essa
As coisas estão apuradas
Não se pode vacilar
Pra não cair em cilada
Existe um conectivo
De modo pouco agressivo
Te colocando em fachada.

Hoje com whatsapp
A interação é diferente
Não é mais aquele virtual
Que tinha antigamente
Mudou-se a comunicação
O homem se acha vilão
Pensando que tá decente.

A comunicação em massa
Seja revista ou jornal
Qualquer um dos seus veículos
Instagram, rede social
É um ciclo vicioso
Que pode ser perigoso
Quando é usado ilegal.

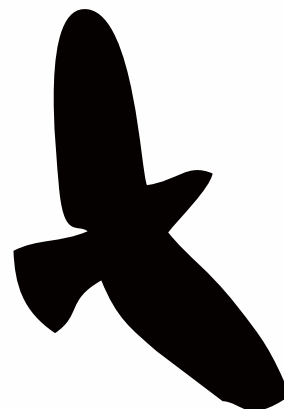


PÁSSARO NEGRO

João Pedro de Sousa Barreto

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Pássaro negro, negro feito a noite
 Que me cruza o caminho de regresso ao lar
 Grande pássaro efêmero que surge cortando o vento, rasgando o negro
 com negro nessa noite sem luar
 Vem assim sem nem grunhir, em seguida assim se vai
 Sem tão pouco ser notado a não ser por mim que espiava da janela
 Retiro os fones do ouvido
 Por conseqüente interrompe-se a canção
 Me pego aflito, reflexivo, de peito doído, em um único pensar:
 Ave da noite embebida em solidão
 Olhando bem, fico assim como tu, por vezes a vagar pelas multidões.
 As pessoas são abduzida
 Ao expor o corpo e a vida
 Tudo que tem na bagagem.



SABER AMAR, AMANDO

Antônio José Pereira Nunes

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Em que mundo estamos vivendo?

É o mundo do já, já,
 É o mundo do agora,
 Do que não pode esperar.

Da ilusória aceleração,
 O mundo do sem sossego,
 Mundo que olha a justiça
 Como pedra e tropeço.

Que olha o que está longe,
 E despreza o próprio umbigo
 Por supervalorizar o que é de fora
 E menosprezar o seu amigo.

Na verdade o que precisamos
 É daquilo que traz compromisso
 A família e o amor puro
 O trabalho e verdadeiros amigos.

Onde foi que nós chegamos?
 Sim, chegamos num lugar
 O terreno das reflexões
 Para o mal não propagar.

P'ra não ser chaga mortal,
 E assim haja remédio
 P'ra danosa atitude
 Lançado no social.

Seu preço, valor, não estão
 No âmbito comercial,
 Mas sentimento profundo
 Que preenche um vazio surreal.

De uma sociedade perversa
 Com um sofisma a mais.
 Que de tanto propagar ódio
 Já não a reconhecemos mais.

E a verdadeira paz
 Que deveria blindar
 Os viveres das famílias
 Estão a morrer, a asfixiar.

Por isso não sou o que penso
 Quando existo p'ra mim,
 Mas posso ser um orvalho
 Quando eu digo: amo, sim.

O que não posso fazer
 Outros fazem por mim,
 E assim vou sobrevivendo
 Um amor infinito, sem fim.

Vendo assim, não foi preciso
 Vê o oceano secar
 Para eu compreender que o amor
 É fruto do saber amar.

Da grande casa da vida,
 Nela passa todo mundo
 Nunca vai faltar ninguém,
 Mesmo no último segundo.

Pois suas tranças obedecem
 Sempre ao bom coração,
 E os que passam por ela
 Semeiam o amor com as mãos

Há quem só traga raízes
 Outros, folhas esverdeadas
 Muitos já trazem as flores
 Ou frutas que já foram brotadas.

E assim aquela casa
 Mais parece uma árvore
 Cheia de seiva da vida
 Que de longe se avista
 A grande arte da vida
 Que nos leva até o ápice
 Que é o saber AMAR.



